

Bancos credores prorrogam até abril amortizações da dívida

por Paulo Sotero
de Washington

As amortizações da dívida externa que vencem no primeiro trimestre de 1987 serão automaticamente renovadas até 31 de março, pagando uma taxa de risco ("spread" de 1,125%, a mesma que foi negociada no último acordo de reescalonamento da dívida com os bancos.

Esta prorrogação técnica da dívida ficou acertada na manhã de ontem, durante uma reunião que o diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, teve com os representantes do comitê de bancos credores, em Nova York.

O objetivo da prorrogação, que envolve aproximadamente US\$ 3 bilhões de principal e abrange também as linhas de curto prazo, é o de abrir espaço para as negociações de um novo acordo de reescalonamento da dívida externa, supostamente de longo fôlego, que, segundo Seixas informou aos banqueiros, o governo pretende começar "no início de janeiro".

Os pagamentos relativos aos vencimentos prorrogados ficarão provisoriamente depositados no Banco Central e serão incluídos no montante que for afetado pelo próximo acordo de renegociação. Segundo uma fonte bancária, se as conversações não tiverem chegado a um acordo até março, haverá uma nova prorrogação.

Esta segunda prorrogação abrangeria os US\$ 9,6 bilhões de vencimentos de 1986, que, pelo acordo obtido no início deste ano, ficaram provisoriamente prorrogados até 15 de abril de 1987. Tanto os vencimentos de 1985 quanto os de 1986 serão também afetados pelo próximo acordo de reescalonamento.

De acordo com fontes financeiras, Seixas fez um relato otimista sobre os resultados das negociações do governo brasileiro com o Clube de Paris, mas não esclareceu como será o acordo de renegociação da dívida oficial.

Banqueiros ouvidos por este jornal evitaram fazer previsões sobre a próxima renegociação com o Brasil, afirmando que existem ainda vários pontos que não estão claros. Essas dúvidas, comentou um deles, são de dois tipos. Existe, por um lado, uma preocupação genérica com a "ciclotimia" brasileira, um país cuja economia passa com enorme velocidade de um quadro de euforia para outro de pessimismo e depressão.

Há, também, uma preocupação mais específica,

relacionada à necessidade de dinheiro novo no ano que vem. Esta é uma questão ainda não decidida e que dependerá, em larga medida, da quantidade de recursos oficiais que o País conseguirá atrair, seja através da reabertura das linhas de crédito oficial, que passa pela finalização do acordo com o Clube de Paris, seja diretamente dos bancos multilaterais.

"O rumo dessas negociações poderá depender, no final, da quantidade de dinheiro novo que o Brasil necessitar", afirmou um banqueiro.

Em princípio, os banqueiros continuam favoráveis à idéia de um acordo multianual com o Brasil, pois acreditam que os acordos anuais não dão chance ao governo brasileiro de implementar um progra-

ma econômico e mantém um grau de instabilidade potencial no mercado que os incomoda. Mas a idéia certamente tem menos apoio hoje do que tinha quatro meses atrás, notou uma bem situada fonte financeira, observando que os bancos não terão pressa em negociar, pois desejam ver o quadro brasileiro com maior clareza.

Segundo a fonte, o ceticismo gerado pela negociação com o México, a troca de comando quase que simultânea ocorrida no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional e o novo tipo de arranjo de monitoramento econômico que o País obteve do Clube de Paris reforçam a cautela com que os credores abordarão a próxima renegociação da dívida com o Brasil.